



Texto para Discussão 003 | 2016

Discussion Paper 003 | 2016

Interrupção de presidências, reequilíbrio e bônus macroeconômico.

Lições da América Latina para o impedimento de Dilma Rousseff

Reinaldo Gonçalves

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Interrupção de presidências, reequilíbrio e bônus macroeconômico.

Lições da América Latina para o impedimento de Dilma Rousseff

Fevereiro, 2016

Reinaldo Gonçalves

*Professor Titular, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
reinaldogoncalves1@gmail.com*

Resumo

Impedimento interrompe e reverte o processo de desequilíbrio decorrente de crises políticas. Com o impedimento inicia-se um processo de reequilíbrio que implica, entre outros fatores, o fortalecimento do regime democrático e o melhor desempenho econômico. A evidência para a América Latina indica um “bônus macroeconômico” em consequência da elevação da taxa de crescimento da renda, da queda da taxa de desemprego, e dos ajustes das finanças públicas e das contas externas. A redução da inflação e o aumento do investimento são processos mais lentos devido à inércia inflacionária e ao ajustamento do hiato do produto, respectivamente. No início de 2016, na medida em que pelo menos dois terços das causas mencionadas na literatura podem ser identificadas, a situação brasileira aponta para o impedimento de Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Interrupção de presidências; América Latina; efeitos positivos; impacto macroeconômico; impedimento de Dilma Rousseff.

Interruption of presidencies, reequilibrium and macroeconomic bonus. The lessons from Latin America for the impeachment of Dilma Rousseff

Abstract

Impeachment causes the standstill and rollback of the disequilibrium that stems from political crises. Impeachment brings about a re-equilibrium that implies, among other factors, the strengthening of democracy and the better economic performance. The evidence for Latin America shows that there is a “macroeconomic bonus” as a result of an increase of the rate of income growth, a fall of the unemployment rate, and the adjustment of the public finances and the external accounts. The reduction of inflation and the increase of investment are slower processes due to inflationary inertia and adjustment of the product gap, respectively. At the beginning of 2016, insofar two thirds of the causes identified in the literature may be found, the situation points out the impeachment of Dilma Rousseff.

Key-words: Interruptions of presidencies; Latin America; reequilibrium; positive effects; macroeconomic impact; impeachment of Dilma Rousseff.

Introdução

O objetivo geral desse artigo é examinar a hipótese de que interrupções de presidências têm impacto positivo. A ideia central é que há procedimentos, como o impedimento (*impeachment*) do presidente, que são instrumentos constitucionais de resolução de crises de governo. Essas crises estão, frequentemente, associadas às crises sistêmicas (ética, social, econômica, política e institucional). O objetivo específico é examinar a hipótese de que nos anos subsequentes ao impedimento há um processo de reequilíbrio que envolve “bônus macroeconômico”. Esse bônus é decorrente do crescimento econômico, da queda da taxa de desemprego, e dos ajustes das finanças públicas e das contas externas após o impedimento.

O texto está dividido em 3 seções. Após essa introdução, na seção 1 apresentam-se os fundamentos conceituais e analíticos básicos. Nessa seção discutem-se: (i) tipologia de mecanismos de interrupção de governos em distintos regimes e sistemas políticos; (ii) tipologia de causas de presidências interrompidas; e (iii) consequências de processos de interrupção de presidências. Essa seção propõe, ainda, um exercício de identificação de causas para o impedimento de Dilma Rousseff em 2016. A seção 2 examina empiricamente o desempenho macroeconômico dos países após a interrupção de presidências na América Latina no período pós 1985. O painel inclui 15 situações de interrupção de presidências em sistemas democráticos em 9 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela).

1 Fundamentos conceituais e analíticos

O retrocesso da democracia na América Latina entre meados dos anos 1950s e 1970s foi consequência, em grande medida, das tensões e conflitos políticos associados à Guerra Fria.¹ Entre 1950 e 1977, 73% das crises presidenciais na América Latina resultaram em ruptura de regime (presidente destituído, Congresso fechado e golpe). A partir do final dos anos 1970 há um processo de redemocratização na região. No período 1978-2004, somente 13% das crises causaram ruptura de regime (Pérez-Liñán, 2007, p. 62). Ferramentas constitucionais, como o impedimento, são úteis para a consolidação da democracia. O impedimento é a desmilitarização da crise presidencial.

O processo de redemocratização avança significativamente na América Latina nos anos 1980s e 1990s (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, 2001, p. 58). É a chamada “terceira onda” de redemocratização na região (Hagopian e Mainwaring, 2005). Entretanto, o protagonismo dos regimes democráticos (ou semidemocráticos) não impede a instabilidade política. De fato, há uma mudança notável no padrão de instabilidade política e institucional na região a partir da última década do século XX. A instabilidade institucional decorrente das rupturas de regime – via golpes militares – foi substituída pela instabilidade de governo (interrupção de presidências). Para ilustrar, houve destituição de 12 presidentes no conjunto de 64 presidentes eleitos na América do Sul no período 1978-2005 (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 3). Assim, “crises políticas sem rupturas de regime são ocorrências comuns na política latino-americana – e o impedimento presidencial é a principal expressão dessa tendência.” (Pérez-Liñán, 2007, p. 203).

As interrupções dos mandatos presidenciais implicam processos de reequilíbrio após um período crítico, geralmente, marcado por crise sistêmica. A análise da experiência latino-americana sobre interrupções presidenciais indica que os “procedimentos permitem que os regimes presidenciais tratem os conflitos de forma que não haja ruptura democrática visto que esses procedimentos permitem ao sistema se reequilibrar com ou sem o

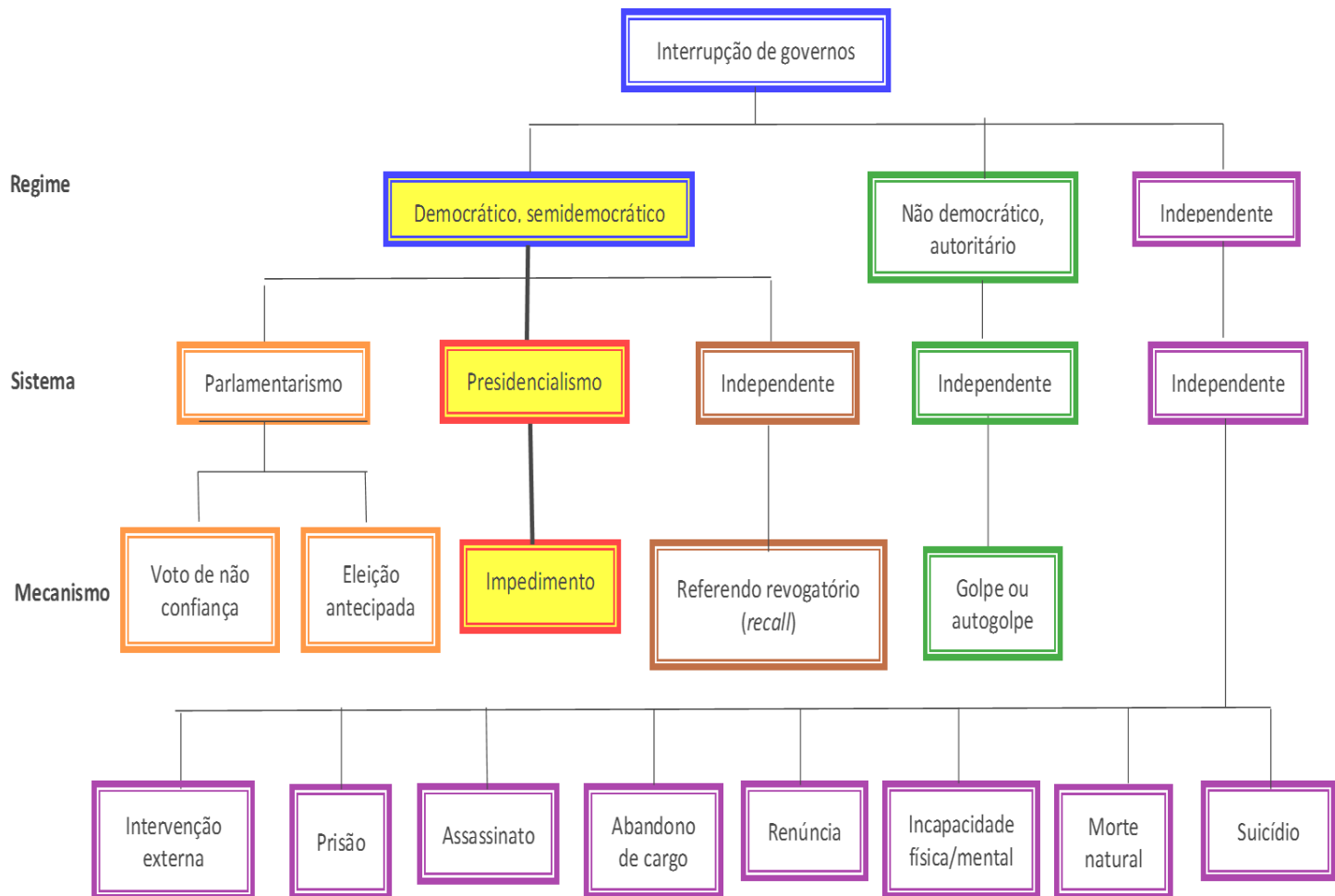
¹ Democracia pode ser entendida como o regime político caracterizado por: eleições livres e competitivas para o legislativo e o executivo; sufrágio universal para adultos; proteção de direitos políticos e liberdades civis; e representantes eleitos governam efetivamente e os militares estão sob controle civil. (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, 2001, p. 38)

presidente eleito. Os cidadãos não precisam mais tolerar presidentes corruptos e ineptos até o final dos mandatos porque esses podem ser substituídos por meio de procedimentos cada vez mais usuais. Por essa lógica, países podem experimentar alguns problemas de governança no curto prazo durante o período de desafio, entretanto, os desafios têm poucas consequências profundas e duradouras para a legitimidade ou continuidade do regime ou para o desempenho econômico”. (Ibid, p. 12).

A literatura norte-americana recente sobre crises políticas na América Latina usa expressões como *exit*, *breakdown*, *failure*, *interruption*, *removal* e *fall* para analisar a saída de presidentes antes do final dos mandatos. Nesse texto optamos pela expressão “interrupção de presidência”.

As interrupções de presidência podem ser enquadradas em uma tipologia ampla de mecanismos de interrupção de governos em diferentes regimes e sistemas políticos (Quadro 1).

Quadro 1 Tipologia de mecanismos de interrupção de governos em diferentes regimes e sistemas políticos



Fonte: Elaboração do autor baseado em Marsteintredet e Berntzen (2006), Figura 1

Inicialmente cabe fazer distinção entre, de um lado, regimes não democráticos (autoritários) e, de outro, regimes democráticos e semidemocráticos. No primeiro, os mecanismos são os autogolpes (Alberto Fujimori, Peru, abril 1992) e os golpes (João Goulart, Brasil, março 1964). O nosso foco é a interrupção de governos em democracias. Nesse caso, há distinção entre distintos sistemas políticos: parlamentarismo e presidencialismo. No primeiro, há dois mecanismos básicos: voto de não confiança e eleição antecipada. No caso do presidencialismo o mecanismo constitucional é o impedimento (Fernando Collor, Brasil, dezembro 1992). Na prática, os procedimentos de

interrupção de mandatos no presidencialismo (com destaque para o impedimento) não diferem significativamente dos procedimentos adotados no parlamentarismo (voto de não confiança e eleição antecipada) (Hochstetler e Samuels, 2009, p. 12).

Ainda no campo democrático, independentemente do sistema político (parlamentarismo ou presidencialismo), há constituições que contemplam outro instrumento: referendo revogatório (*recall*). Nesse caso, não há intervenção direta do Legislativo e, sim, a iniciativa de coleta de assinaturas para uma consulta direta à sociedade sobre a permanência ou não do presidente (Hugo Chávez, Venezuela, agosto 2004). Esse último instrumento pode, inclusive, ser usado para fortalecer politicamente presidentes envolvidos em crises institucionais.

Também há mecanismos de interrupção de presidências que independem tanto do regime como do sistema político. Há inúmeros exemplos na história política das Américas: intervenção externa (Manuel Noriega, Panamá, janeiro 1990); prisão (Otto Pérez Molina, Guatemala, setembro 2015); assassinato (John F. Kennedy, Estados Unidos, novembro 1963); abandono de cargo (Lucio Gutiérrez, Equador, abril 2005); renúncia (Fernando de La Rúa, Argentina, dezembro 2001); incapacidade física ou mental (Abdalá Bucaram, Equador, fevereiro 1997); morte natural (Hugo Chávez, Venezuela, março 2013); e suicídio (Antonio Guzman Fernandez, República Dominicana, julho 1982). Cabe notar que, frequentemente, os casos de morte natural e suicídio ocorrem quando o presidente sofre forte pressão em situações de crise política.

As interrupções presidenciais são determinadas por múltiplas variáveis. No entanto, é possível apresentar uma tipologia de causas de presidências interrompidas a partir das análises qualitativas e quantitativas encontradas na literatura especializada (Quadro 2). Essas causas podem ser agrupadas da seguinte forma: individual e ética; econômica; social; política; e institucional.

Quadro 2

Tipologia de causas de presidências interrompidas e hipóteses sobre a presidência Dilma Rousseff

Causa	Referência	Presidência Dilma Rousseff	
		Sim	Não
Individual e ético			
Traição, corrupção, mentira e fraude eleitoral	Brown (2010), p. vii	?	?
Crimes e infrações no exercício da função	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	X	
Envolvimento em escândalos de tráfico de influência, corrupção etc.	Hochstetler (2006)	?	?
Déficit de governança	Valenzuela (2004)	X	
Incapacidade física e mental	Marsteintredet e Berntzen (2006), tabela 5	?	?
Estilo autoritário	Valenzuela (2004), p. 8	X	
Conduta desestabilizadora do vice-presidente	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 227	X	
Nulidade ou déficit de liderança	Valenzuela (2004), p.11	X	
Econômica			
Desestabilização macroeconômica (recessão, inflação)	Kim e Bahry (2008); Llanos e Marsteintredet (2010), p. 220	X	
Medidas de austeridade (por exemplo, programas de ajuste do FMI) e políticas impopulares	Valenzuela (2004), p.11-12; Negretto (2006), p. 86-87	X	
Mudanças significativas da política econômica	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 227	X	
Adoção de políticas neoliberais	Hochstetler (2006)	X	
Má gestão econômica	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	X	
Social			
Protestos populares	Hochstetler (2006)	X	
Participação de múltiplos setores sociais	Pérez-Liñan (2007), p. 11		X
Greve geral	Kim (2014)		X
Cobertura da mídia aos escândalos	Pérez-Liñan (2007)	X	
Política			
Políticas e medidas geradoras de conflitos	Valenzuela (2004), p. 8	X	
Ocorrência de impasses	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221-222	X	
Pressão ou papel ativo dos militares	Valenzuela (2004), p. 9		X
Interesses em disputa política	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	X	
Radicalização e confrontação política	Pérez-Liñan e Polga-Hecimovich (2013)		X
Ruptura da coalizão governamental	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 226	?	?
Ausência de maioria parlamentar estável	Negretto (2006); Hochstetler (2006); Kim e Bahry (2008)	?	?
Expectativas de grupos políticos relativas à destituição do presidente	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	X	
Proporção pequena de votos obtidos no 1º turno das eleições	Kim e Bahry (2008)		X
Disputas internas na administração	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	X	
Institucional			
Desequilíbrio de poder entre executivo e legislativo	Valenzuela (2004), p. 14; Kim (2014)	X	
Legitimidade institucional (baixa)	Helmke (2007), p. 2	X	
Ativismo do Legislativo	Pérez-Liñan (2007)	X	
Fragmentação do sistema partidário	Kim e Bahry (2008)	X	
Nível de democracia (baixo)	Llanos e Marsteintredet (2010), p. 221	?	?
Legado democrático (democracia de baixa qualidade)	Martinez (2015)	X	

Fonte: Elaboração do autor.

Notas: As hipóteses sobre a presidência Dilma Rousseff referem-se à situação no início de 2016.

(X) Provas ou indícios.

(?) Controvérsias ou suspeitas.

As causas no campo individual e ético são previstas em algumas constituições republicanas. A constituição dos Estados Unidos faz referência ao uso do impedimento nos casos de traição, corrupção, crimes graves e infrações. Crimes graves e infrações não foram tipificados com precisão pela Suprema Corte (Brown, 2009, p. vii). Na história política recente dos EUA houve 2 processos de impedimento de presidentes: Richard Nixon (1974) e Bill Clinton (1998-99). Nixon foi acusado de obstrução da justiça, abuso de poder, violação dos direitos do cidadão (caso Watergate) e sonegação. Nixon renunciou em agosto de 1974, antes do julgamento. Clinton foi condenado pela Câmara em dezembro de 1998 sob as acusações de perjúrio (falso testemunho) e obstrução da justiça, porém foi absolvido pelo Senado um ano depois (Ibid). Assim, em uma das mais robustas democracias do mundo houve 2 processos de impedimento presidencial em um intervalo de 24 anos.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 (artigo 85) define como crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra: a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais. O impedimento de Fernando Collor de Mello baseou-se nas acusações de corrupção, peculato e falsidade ideológica em 1992. Em decorrência de forte pressão popular e política, Collor renunciou em 29 de dezembro de 1992 e foi condenado pelo Senado no dia seguinte.²

² O processo de impedimento de Collor é exemplo da força dos protestos populares e da fragilidade institucional vigente no Brasil. Mais de vinte anos depois do impedimento de Collor pelo Senado, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente, na sessão de 24 de abril de 2014, a Ação Penal (AP) 465, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra Collor, pela prática dos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato (desvio de dinheiro público) com base em técnicas jurídicas (obtenção de provas sem mandado ou pedido judicial, etc.). <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor>.

A literatura sobre interrupções de presidências identifica algumas das causas relacionadas à conduta e desempenho individual: envolvimento em escândalos de tráfico de influência, corrupção, etc.; déficit de governança; estilo autoritário; nulidade ou déficit de liderança; e incapacidade física e mental. A literatura aponta, ainda, que deve ser levada em conta a conduta desestabilizadora do vice-presidente (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 224).

Questões econômicas também são causas relevantes de impedimentos presidenciais. Em 9 dos 14 casos de impedimento na América Latina no período 1978-2003 podemos identificar causas econômicas (Negretto, 2006, Tabela 5). As questões econômicas são: desestabilização macroeconômica (recessão e inflação); medidas de austeridade (por exemplo, programas de ajuste do FMI); políticas impopulares; adoção de políticas neoliberais; grandes mudanças da política econômica; e má gestão econômica.

A crise social também é determinante relevante. Essa crise manifesta-se por meio de protestos populares, greve geral e cobertura da mídia aos escândalos. A evidência é que nos casos em que houve forte cobertura da mídia nos casos de escândalos envolvendo o presidente e “onde protestos populares contra o presidente foram capazes de integrar múltiplos setores sociais, o presidente foi facilmente destituído.” (Pérez-Liñán, 2007, p. 11).

As causas políticas têm diferentes manifestações: medidas geradoras de conflito; pressão ou papel ativo dos militares; radicalização e confrontação política; ocorrência de impasses; ruptura da coalizão governamental; interesses em disputas políticas; grupos políticos com expectativas de sucesso na destituição do presidente; disputas internas na administração; proporção pequena de votos obtidos no 1º turno das eleições; e ausência de maioria parlamentar estável.

A literatura destaca, por fim, as fragilidades e os desequilíbrios institucionais: desequilíbrio de poder entre executivo e legislativo; legitimidade institucional; ativismo do legislativo; fragmentação do sistema partidário; nível de democracia; e legado democrático.

O Quadro 2 apresenta também um exercício de identificação da presença de causas para o impedimento de Dilma Rousseff no início de 2016. Naturalmente, esse tipo de exercício deve ser visto com muita cautela. Todas as causas possíveis devem ser analisadas em detalhes. Se, por um lado, as evidências em relação às causas econômicas são

empiricamente evidentes (Gonçalves, 2014); por outro, as causas relativas às outras questões podem ser, em maior ou menor medida, controversas.³ Considerando essas ressalvas, no conjunto de 33 causas, há 22 com provas ou indícios, 6 marcadas por controvérsias ou suspeitas, e 5 sem provas, indícios ou suspeitas.

A maioria ou a grande maioria das causas individuais/éticas estão presentes. Por exemplo, infrações no exercício da função são fatos destacados nos processos de impedimento encaminhados à Câmara dos Deputados, em particular, as chamadas “pedaladas fiscais”. Metade das causas sociais podem ser identificadas. Se, por um lado, há ampla cobertura da mídia aos escândalos de tráfico de influência e corrupção, de outro, não há participação de múltiplos setores sociais nos protestos populares. Todas as causas econômicas para o impedimento são evidentes. A desestabilização macroeconômica é grave e há, claramente, uma má gestão econômica. Políticas e medidas geradoras de conflitos e impasses são recorrentes como, por exemplo, propostas de criação ou aumento de impostos (CPMF) e reformas da previdência e da legislação trabalhista. Na dimensão institucional, vale destacar a fragmentação do sistema partidário e a baixa qualidade da democracia brasileira (deficiente responsabilização das autoridades etc.). No conjunto total, pelo menos dois terços das causas mencionadas na literatura podem ser encontradas no Brasil. Elas apontam para o impedimento de Dilma Rousseff em 2016.

A literatura sobre interrupção de presidências é menos encorpada quando se trata das consequências desse fenômeno. Há uma menor quantidade de estudos que têm foco na análise qualitativa do impacto sobre: presidencialismo; estabilidade política; responsabilização; democracia; governança; mudanças de políticas; e reformas (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 223-227). Para ilustrar, estudo empírico conclui: “não encontramos evidência de uma ruptura sistemática da legitimidade, nenhum desarranjo da governança, e nenhuma evidência da erosão do presidencialismo.” (Hochstetler e Samuels, 2009, p. 23). Essa é claramente uma conclusão favorável às interrupções de presidência na América Latina.

Os estudos sobre impactos das interrupções podem ser divididos em 2 grupos: desequilíbrio e reequilíbrio. O primeiro grupo apresenta argumentos que implicam visão

³ Pode-se argumentar, por exemplo, que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma Rousseff (Gonçalves, 2015).

pessimista, desfavorável ou negativa a respeito dos impactos. Exemplo desse tipo de abordagem é o manifesto *Impeachment, legalidade e democracia* que foi assinado por centenas de professores universitários em dezembro de 2015. Pode-se argumentar que esse manifesto é analiticamente frágil, politicamente retrógrado e institucionalmente antirrepublicano (Anexo 1).

Por outro lado, o segundo grupo de interpretações – reequilíbrio – abarca resultados otimistas, favoráveis ou positivos. O contraste entre essas interpretações é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3**Tipologia de consequências de processos de presidências interrompidas**

Desequilíbrio	Reequilíbrio
Instabilidade do governo, aumenta a tensão, desequilíbrio	Estabilidade do regime democrático, mecanismo de resolução rápida e eficaz de crise, reequilíbrio
Instabilidade do regime democrático	Fortalece a democracia <i>de facto</i> , fragiliza o sistema político patrimonialista, nepotista e corrupto
Retrocesso político e institucional, impedimento deve ser usado somente em circunstâncias extremas	Impedimento é um instrumento constitucional usado para combater crimes e infrações do presidente e proteger o sistema republicano e o regime democrático
Crise política e institucional afeta negativamente as expectativas e o grau de confiança e o ambiente econômico	Combate a corrupção, a incompetência e o abuso de poder que geram ineficiência sistêmica
Risco de autogolpes e golpes, erosão da democracia	Consolidação da democracia: sobrevivência, vitalidade, qualidade e estabilidade do regime
Crise institucional e desestabilização do regime democrático	Progresso institucional, maior flexibilização, fortalecimento do regime democrático
Desvalorização da democracia, redução da legitimidade democrática	Aperfeiçoamento da democracia: aprendizado e responsabilização (<i>accountability</i>) vertical (sociedade) e horizontal (Congresso)
Crise institucional, conflito entre poderes e fragilização das instituições (Executivo, Legislativo, etc.)	Processos reequilibradores, fortalecimento das instituições (Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia etc.), responsabilização permanente
Espaço para práticas oportunistas e predatórias, polarização nas relações interinstitucionais	Processo de aprendizado de resolução de crises políticas e institucionais sem intervenção militar
Erosão do sistema presidencialista	Ruptura da síndrome do “presidencialismo imperial”, aperfeiçoamento das regras de sucessão, controle sobre presidentes autoritários, governança constitucional aperfeiçoada, responsabilização permanente
Aumenta os “perigos do presidencialismo”: maior risco de ruptura do regime democrático em comparação com o sistema parlamentarista	Desenvolve mecanismos de “pesos e contrapesos” (<i>checks and balances</i>), “parlamentarização” do sistema presidencial
Responsabilização horizontal (<i>accountability</i>) intermitente/opportunista	Responsabilização (<i>accountability</i>) horizontal permanente, maior autonomia relativa do Legislativo etc., desenvolvimento institucional
Substitutos de “baixo calibre”	Substitutos “positivos”: capazes, habilidosos e conciliadores
Efeito demonstração: recorrência de processos de interrupção de mandato	Efeito de resiliência, vitalidade e flexibilização do regime democrático
Mobilização social, protestos populares e crise social: desestabilizadores	Reação à crise de representação política, empoderamento e vertebramento da sociedade, descompressão, legitimidade popular
Insurreição popular agrava crise institucional e gera crise sistêmica	Legitimidade democrática da política insurrecional, reação ao invertebramento da sociedade civil, resposta à cooptação de organizações da sociedade civil (sindicatos, entidades estudantis, ONGs etc.)
Protestos populares são guiados por forças retrógradas e oportunistas	Mobilização popular como instrumento democrático, responsabilização (<i>accountability</i>) vertical, fortalece a democracia
Crise de representação: “voz das ruas” não pode silenciar a “voz das urnas”	Mobilização popular gera oportunidades para surgimento de novas forças políticas e lideranças
Deterioração da governança, inclusive a gestão econômica	Melhora da governança com reequilíbrio político e institucional, afastamento de incompetentes e corruptos
Desestabilização macroeconômica, piora das expectativas e queda do grau de confiança	Legitimidade para mudanças de objetivos e de políticas econômicas

Fonte: Elaboração do autor

As consequências da interrupção de presidência envolvem questões políticas, institucionais, sociais e econômicas. Para ilustrar, segundo a interpretação do desequilíbrio, o processo de impedimento: aumenta a instabilidade do governo e do regime; eleva o risco de autogolpes e golpes; gera desmoralização da democracia; causa protestos populares e insurreição que provocam crise sistêmica; agrava a deterioração da governança (inclusive, a gestão econômica); e provoca desestabilização macroeconômica, com a piora das expectativas e a queda do grau de confiança.

Contrario sensu, a interpretação do reequilíbrio destaca: impedimento como mecanismo rápido e eficaz de resolução da crise; fortalecimento da democracia *de facto* e fragilização do sistema político patrimonialista, nepotista e corrupto; consolidação da democracia via sobrevivência, vitalidade, qualidade e estabilidade do regime; aperfeiçoamento da democracia via aprendizado e responsabilização vertical (sociedade) e horizontal (Congresso); reação à crise de representação política, empoderamento e vertebramento da sociedade, descompressão e legitimidade popular; aperfeiçoamento da governança; maior legitimidade para mudanças de objetivos e de políticas econômicas; e melhor desempenho econômico.

O nosso estudo apresenta evidência empírica a respeito do desempenho macroeconômico de países latino-americanos nos anos subsequentes às interrupções de presidências. Os resultados reforçam a interpretação otimista, do reequilíbrio. Ou seja, após a interrupção da presidência há um processo de reequilíbrio que envolve aperfeiçoamento da gestão e do desempenho macroeconômicos. Nos anos subsequentes à interrupção, esse impacto positivo sobre a economia é o “bônus macroeconômico”. A evidência empírica é discutida na próxima seção.

2 Metodologia e evidência empírica

O estudo baseia-se em um painel de 15 casos de interrupção de presidências em 9 países da América Latina no período 1982-2012 (Quadro 4). Os casos são: Argentina (1989 e 2001); Bolívia (1985, 2003 e 2005); Brasil (1992); Equador (1997 e 2005); Guatemala (1993); Paraguai (1999 e 2012); Peru (2000); República Dominicana (1982 e 1996); e Venezuela (1993). O principal mecanismo é o da renúncia após forte pressão social e política. Vale notar que alguns dos casos de renúncia são estratégias preventivas frente à abertura ou ameaça de processos de impedimento. Há casos também de voto de não confiança, abandono do cargo, incapacidade física e mental, e suicídio.

Quadro 4			
Presidências interrompidas na América Latina: Painel, 1980-2014			
País	Mês/ano	Presidente	Mecanismo
Argentina	jul/89	Raúl Alfonsín	renúncia
Argentina	dez/01	Fernando de La Rúa	renúncia
Bolívia	ago/85	Hernán Siles Zuazo	renúncia
Bolívia	out/03	Gonzalo Sánchez de Lozada	renúncia
Bolívia	jun/05	Carlos Mesa	renúncia
Brasil	dez/92	Fernando Collor de Mello	renúncia/impedimento
Equador	fev/97	Abdalá Bucaram Ortiz	incapacidade mental
Equador	abr/05	Lucio Gutiérrez	abandono do cargo/voto de não-confiança
Guatemala	jun/93	Jorge Serrano Elias	renúncia
Paraguai	mar/99	Raúl Cubas Grau	renúncia/impedimento
Paraguai	jun/12	Fernando Lugo	impedimento
Peru	nov/00	Alberto Fujimori	renúncia/incapacidade
Rep. Dominicana	jul/82	Antonio Guzman Fernandez	suicídio
Rep. Dominicana	ago/96	Joaquín Balaguer	renúncia
Venezuela	mai/93	Carlos Andrés Pérez	impedimento/abandono do cargo

Fonte: Valenzuela (2004), p. 8-9; Marsteintredet e Berntzen (2006), p. 22-23; Hochstetler (2006), p. 403; Negretto (2006), p. 82-83; Pérez-Liñán (2007), p. 192; Kim e Bahry (2008), p. 813; Llanos e Marsteintredet (2010), p. 4; e Kim (2014), Apêndice.

A análise empírica cobre o período 1980-2014. As variáveis macroeconômicas são: renda (variação real do PIB); taxa de investimento (razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB); taxa de desemprego; inflação (preços ao consumidor); finanças públicas (déficit do governo geral como percentual do PIB); e contas externas (saldo da conta corrente do balanço de pagamentos como percentual do PIB). Os dados são anuais e a fonte é o FMI (*World Economic Outlook Database*, outubro 2015).

A metodologia usada é simples. O período crítico é composto de 2 anos ($t_{-1}-t_0$): o ano anterior (t_{-1}) à interrupção da presidência e o próprio ano da interrupção (t_0). Dois períodos de reequilíbrio são definidos: t_1-t_2 e t_3-t_4 . Ou seja, 1º e 2º anos subsequentes ao ano de interrupção presidencial (t_0) e 3º e 4º anos subsequentes ao ano de interrupção presidencial, respectivamente.

Os indicadores macroeconômicos são as médias simples das variáveis em cada um dos 15 casos no período crítico ($t_{-1}-t_0$) e nos períodos de reequilíbrio (t_1-t_2 e t_3-t_4). As médias e as medianas estão na Tabela 1.

Tabela 1
Indicadores macroeconômicos - médias e medianas: período de crise e períodos de reequilíbrio (%)

	Média			Mediana		
	Período de crise ($t_{-1}-t_0$)	Período de reequilíbrio (t_1-t_2)	Período de reequilíbrio (t_3-t_4)	Período de crise ($t_{-1}-t_0$)	Período de reequilíbrio (t_2-t_3)	Período de reequilíbrio (t_3-t_4)
Renda	1,9	3,1	4,2	2,6	3,3	3,5
Investimento	18,9	17,7	19,2	18,8	16,1	17,4
Desemprego	8,3	8,7	7,7	7,4	7,5	7,8
Inflação	523,3	166,1	20,6	8,3	9,3	9,4
Finanças públicas	-4,2	-1,7	0,3	-3,9	-0,9	0,3
Contas externas	-1,7	0,6	1,3	-1,1	-0,2	-0,7
Memo						
IDM	51	53	61	49	56	60

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2015.

Notas: Mediana refere-se à mediana das médias dos indicadores em cada período.

IDM = Índice de Desempenho Macroeconômico. O IDM é calculado como um índice médio de variáveis reduzidas para cada um dos indicadores no período 1980-2014.

As variáveis macroeconômicas são: renda (variação real do PIB); taxa de investimento (razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB); taxa de desemprego; inflação (preços ao consumidor); finanças públicas (déficit do governo geral como percentual do PIB); e contas externas (saldo da conta corrente do balanço de pagamentos como percentual do PIB).

O objetivo analítico é comparar as médias e as medianas nos períodos de reequilíbrio com os indicadores correspondentes no período crítico. No que se refere às médias, no período de reequilíbrio t_1-t_2 há ganhos em 4 dos 6 indicadores (renda, inflação, finanças públicas e contas externas). No período de reequilíbrio t_3-t_4 há ganhos em todos os indicadores. Para ilustrar, a taxa média de variação do PIB aumenta de 1,9% no período crítico para 3,1% em t_1-t_2 e 4,2% em t_3-t_4 .

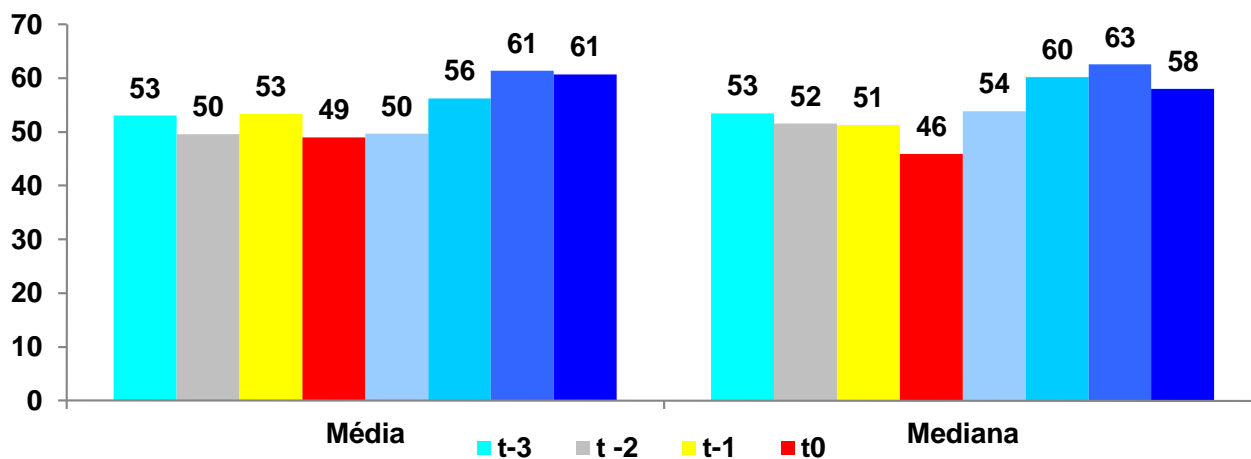
Em relação à mediana, no período de reequilíbrio t_1-t_2 há ganhos em 3 indicadores (renda, finanças públicas e contas externas) em comparação com o período crítico. No período de reequilíbrio t_3-t_4 há progressos em 3 indicadores (renda, finanças públicas e contas externas). Para ilustrar, a mediana dos saldos médios das finanças públicas (como proporção do PIB) passa de -3,9% em $t_{-1}-t_0$ para -0,9% em t_1-t_2 e 0,3% em t_3-t_4 .

Para termos uma melhor ideia a respeito do impacto macroeconômico no processo de reequilíbrio, calculamos um indicador-síntese de desempenho: Índice de Desempenho Macroeconômico (IDM). O IDM é calculado como um índice médio de variáveis reduzidas para cada um dos indicadores no período 1980-2014. A fórmula usada é: $IDM = (X - X_{\min}) / (X_{\max} - X_{\min})$, sendo X a variável em questão e X_{\max} e X_{\min} os valores máximos e mínimos dessa variável. O IDM varia de zero (pior) a 100 (melhor). Para se reduzir o efeito de *outliers* optou-se pela “apara”: os valores máximos e mínimos são o 3º maior e o 3º menor valores de cada série, respectivamente.

O resultado dos cálculos do IDM é conclusivo: há evidente ganho no desempenho macroeconômico nos períodos de reequilíbrio. Essa melhora ocorre nas comparações da média e da mediana nos períodos de reequilíbrio com os índices correspondentes no período crítico. Para ilustrar, o IDM médio aumenta de 51 no período crítico ($t_{-1}-t_0$) para 53 no período de reequilíbrio t_1-t_2 e 61 no período de reequilíbrio t_3-t_4 . A mediana dos IDMs aumenta de 49 em $t_{-1}-t_0$ para 56 em t_1-t_2 e 60 em t_3-t_4 . Ou seja, incrementos relativos superiores a 10% nos 2 primeiros anos e a 20% nos 3º e 4º anos subsequentes à interrupção. Portanto, no horizonte de 3 ou 4 anos após a interrupção presidencial, o “bônus macroeconômico” é maior do que 20%.

O Gráfico 1 evidencia claramente o aumento do IDM nos anos subsequentes à interrupção presidencial. A média (49) e a mediana (46) alcançam os valores mínimos exatamente no ano de interrupção (t_0).

**Gráfico 1 Índice de Desempenho Macroeconômico: média e mediana do painel
(t_0 = ano de interrupção presidencial)**



Cabe examinar também a proporção do número de casos em que houve ganhos dos indicadores macroeconômicos comparativamente ao período crítico (Tabela 2). No período de reequilíbrio t_1 - t_2 há, em média, melhoras em 55% dos casos. A maior incidência de ganhos é nas contas externas, desemprego, finanças públicas e renda. No período de reequilíbrio t_3 - t_4 há, em média, avanços em 59% dos casos. A maior incidência de ganhos também é nas contas externas, desemprego, finanças públicas e renda. Nesses indicadores, em ambos os períodos de reequilíbrio, há progressos em pelo menos 60% dos casos. Vale notar que nos 2 períodos de reequilíbrio, há aumento da taxa de crescimento da renda em comparação ao período crítico em 60% dos casos.

Tabela 2
Proporção do número de casos em que houve melhoras dos indicadores
macroeconômicos nos períodos de reequilíbrio (%)

Período de reequilíbrio	Em relação ao período crítico t_1-t_0		Em relação à média histórica 1980-2014		Em relação à mediana histórica 1980-2014	
	t_1-t_2	t_3-t_4	t_1-t_2	t_3-t_4	t_1-t_2	t_3-t_4
Renda	60,0	60,0	53,3	73,3	46,7	46,7
Investimento	33,3	53,3	26,7	40,0	26,7	33,3
Desemprego	63,6	63,6	36,4	54,5	36,4	45,5
Inflação	42,9	42,9	64,3	78,6	50,0	42,9
Finanças públicas	62,5	62,5	75,0	50,0	50,0	50,0
Contas externas	66,7	73,3	66,7	80,0	66,7	73,3
Média	54,8	59,3	53,7	62,7	46,1	48,6
Memo						
IDM	66,7	64,3	46,7	57,1	46,7	64,3

Nota: O painel é composto de 15 casos de interrupção presidencial. Nos indicadores de desemprego e inflação há dados para 11 casos e no indicador de finanças públicas há 7 casos.

Notas: Mediana refere-se à mediana das médias dos indicadores em cada período.

IDM = Índice de Desempenho Macroeconômico. O IDM é calculado como um índice médio de variáveis reduzidas para cada um dos indicadores no período 1980-2014.

As variáveis macroeconômicas são: renda (variação real do PIB); investimento (razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB); taxa de desemprego; inflação (preços ao consumidor); finanças públicas (déficit do governo geral como percentual do PIB); e contas externas (saldo da conta corrente do balanço de pagamentos como percentual do PIB).

Também são evidentes os aumentos da proporção do número de casos em que houve ganho dos indicadores macroeconômicos nos períodos de reequilíbrio em relação à média histórica (1980-2014). Essa proporção aumenta de 54% em t_1-t_2 para 63% em t_3-t_4 . Em relação à mediana histórica, as proporções correspondentes são 46% e 49%. Portanto, em pelo menos metade dos casos as economias latino-americanas “retornam aos trilhos” (trajetória histórica de desempenho macroeconômico) em períodos de 2 a 4 anos após a interrupção presidencial. Para ilustrar, comparativamente à média histórica, a proporção de casos de incremento da taxa de variação da renda passa de 53% em t_1-t_2 para 73% em t_3-t_4 .

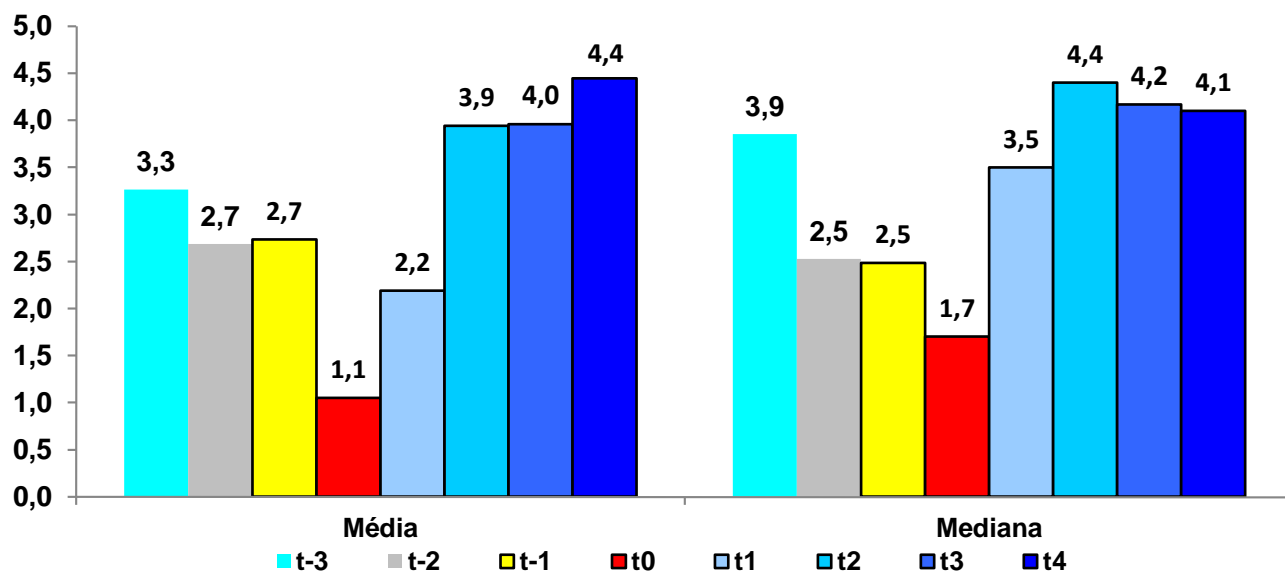
De fato, o “bônus macroeconômico” manifesta-se nos períodos de reequilíbrio, principalmente, com elevação da taxa de crescimento da renda, queda da taxa de desemprego, e ajustes das finanças públicas e das contas externas. As variáveis com maior resistência ao reequilíbrio são o investimento e a inflação. A incidência de ganhos no

investimento aumenta somente no 3º e 4º anos subsequentes às crises presidenciais. Isso reflete o fato de que a recuperação da renda no curto prazo baseia-se no uso da capacidade ociosa e não na acumulação de capital. A inflação diminui em aproximadamente dois-
quintos dos casos nos anos subsequentes comparativamente ao período crítico. Essa baixa incidência deriva, em parte, do fato de que pelo menos um terço dos países sofreram processos de hiperinflação ou alta inflação nos períodos críticos. Esses processos mostraram significativa resistência ou inércia nos anos de reequilíbrio.

Considerando o indicador-síntese de desempenho macroeconômico (IDM), a evidência é que, comparativamente ao período crítico, aumentos do IDM ocorrem em dois terços dos casos em ambos os períodos de reequilíbrio. Comparativamente à média histórica, a proporção de casos de ganhos aumenta de 47% em t_1 - t_2 para 57% em t_3 - t_4 . E, comparativamente à mediana histórica, a proporção de casos de progressos aumenta de 47% em t_1 - t_2 para 64% em t_3 - t_4 .

Para ilustrar a questão do bônus macroeconômico, nos 15 casos de interrupção presidencial na América Latina, o Gráfico 2 mostra o comportamento da taxa de variação do PIB (média e mediana) nos anos (t_{-3} , t_{-2} e t_{-1}) que antecedem a interrupção do mandato presidencial (t_0) e nos anos de reequilíbrio (t_1 , t_2 , t_3 e t_4). A evidência é de uma curva em formato “V”, sendo que o vale é o ano da interrupção da presidência. A taxa média de crescimento econômico é 1,1% no ano da interrupção presidencial. Essa taxa aumenta para 2,2% no ano seguinte e alcança 4,0% nos anos subsequentes. A mediana passa de 1,7% em t_0 para taxas superiores a 4% em t_2 , t_3 e t_4 . Ou seja, há o “retorno aos trilhos” já que 4,1% é a taxa mediana de longo prazo de crescimento do PIB dos países no painel.

Gráfico 2 Taxa de crescimento do PIB real: média e mediana do painel
(t_0 = ano da interrupção presidencial)



3. Conclusão

A literatura disponível informa que os benefícios dos processos de impedimento superam os custos. Particularmente no que se refere à questão institucional, “as experiências recentes de interrupção de presidências mostram que pode haver ruptura de governos sem que haja ameaça à sobrevivência da democracia. Assim, as democracias latino-americanas parecem ter encontrado uma forma “democrática” de resolver crises políticas: elas têm recorrido à remoção antecipada do poder de presidentes eleitos ao invés da intervenção militar.” (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 227).

O impedimento interrompe e reverte o processo de desequilíbrio causado por crises diversas (ética, social, econômica, política e institucional). Com o impedimento inicia-se um processo de reequilíbrio que implica, entre outros fatores, ganhos de desempenho macroeconômico. Esse texto examina a hipótese do “bônus macroeconômico” decorrente da interrupção da presidência. O referencial analítico e empírico é a experiência latino-americana a partir do final dos anos 1970.

A evidência indica que o “bônus macroeconômico” manifesta-se nos períodos de reequilíbrio, principalmente, com a elevação da taxa de crescimento da renda, queda da taxa de desemprego e ajustes das finanças públicas e das contas externas. As variáveis com maior resistência ao reequilíbrio são investimento e inflação. A evidência de que há ganhos significativos de desempenho macroeconômico também é informada pelo indicador-síntese de desempenho macroeconômico (IDM), O IDM aumenta 10% nos 2 primeiros anos e 20% no 3º e 4º anos subsequentes à interrupção. Trata-se de um bônus macroeconômico significativo. Para ilustrar, no 2º, 3º e 4º anos subsequentes à interrupção há o “retorno aos trilhos” já que as taxas de crescimento da renda aproximam-se da taxa (mediana) de longo prazo.

O exercício de identificação de causas para o impedimento de Dilma Rousseff indica que pelo menos dois terços das causas mencionadas na literatura podem ser encontradas no Brasil em 2016.

Dado o impedimento de Dilma Rousseff em 2016, é de se esperar a redução da recessão em 2017 e a retomada do crescimento a partir de 2018. Considerando a experiência latino-americana, essa retomada implica alcançar taxas de crescimento médio anual do PIB

equivalentes à taxa de longo prazo (mediana de 3,1% no período 1980-2014) a partir do segundo ano de reequilíbrio.

Não devemos esquecer que o Brasil tem uma democracia de baixa qualidade em decorrência de alguns fatores importantes: limitada participação política, marcada pelo clientelismo; acesso desigual aos poderes constituídos, agravado pela corrupção sistêmica; deficiente responsabilização das autoridades; e baixo grau de concorrência política, dominação das oligarquias e dos “caciques” políticos (Weyland, 2005). No Brasil há uma República de baixa estatura visto que não há governo justo que se guia pelo bem comum e pela igualdade de direitos e deveres. O sistema patrimonialista, clientelista e corrupto, que faz com que o interesse particular preceda o interesse público, é inequivocamente antirrepublicano.

Portanto, o impedimento de Dilma Rousseff é uma oportunidade não somente para a resolução da grave crise sistêmica (ética, social, econômica, política e institucional) como também para o desenvolvimento político e institucional do país: aperfeiçoa a democracia e a República. Ademais, há um bônus macroeconômico com o processo de estabilização, a reversão da recessão e a retomada do crescimento.

Bibliografia

BROWN, H. Lowell. *High Crimes and Misdemeanors in Presidential Impeachment*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GONCALVES, Reinaldo. Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: mediocridade esférica. 2014. Disponível: www.ie.ufrj.br.

GONÇALVES, Reinaldo. Por que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e da punição de Lula? *Texto para Discussão* 015/15, Instituto de Economia, UFRJ, p. 26-47, 2015. Disponível: www.ie.ufrj.br.

GONCALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo: LTC, 2013.

HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. *The Third Wave of Democratization in Latin America. Advances and Setbacks*. Cambridge University Press, 2005.

HELMKE, Gretchen. The Origins of institutional crises in Latin America: A unified strategic model and test. *American Political Science Association Annual Meeting*, Chicago, 2007.

HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking presidentialism. *Comparative Politics*, Vol. 38, No. 4, p. 401-418, 2006.

HOCHSTETLER, Kathryn; SAMUELS, David. Crisis and rapid re-equilibration: the consequences of presidential challenge and failure in Latin America. *American Political Science Association Annual Meeting*, Toronto, 2009.

KIM, Young Hun. Impeachment and presidential politics in new democracies. *Democratization*, Vol. 21, No. 3, p. 519-553, 2014.

KIM, Young Hun; BAHRY, Donna. Interrupted presidencies in third wave democracies. *The Journal of Politics*, Vol. 70, No. 3, p. 807-822, 2008.

LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. (eds.). *Presidential Breakdowns in Latin America. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. Conclusions: Presidential breakdowns revisited. In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. (eds.). *Presidential Breakdowns in Latin America. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies*. Palgrave Macmillan, p. 213-228, 2010.

LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. Introduction: Presidentialism and presidential breakdowns in Latin America. In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. (eds.). *Presidential Breakdowns in Latin America. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies*. New York: Palgrave Macmillan, p. 1-13, 2010.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999. *Studies in Comparative International Development*, Vol. 36, No. 1, p. 37-65, 2001.

MARSTEINTREDET, Leiv; BERNTZEN, Einar. Latin American presidentialism: reducing the perils of presidentialism through presidential interruptions. Workshop Parliamentary Practices in Presidential Systems: (European) Perspectives on Parliamentary Power in Latin America, *ECPR Joint Sessions of Workshops*, Nicosia, Cyprus, 25-30 April 2006.

MARTINEZ, Christopher A. *Surviving the presidency: Presidential failures in South America*. Dissertation Doctor of Philosophy, Program in Political Science, Loyola University Chicago, 2015.

NEGRETTO, Gabriel L. Minority presidents and democratic performance in Latin America. *Latin American Politics and Society*, Vol. 48, No. 3, p. 63-92, 2006.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge University Press, 2007.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; POLGA-HECIMOVICH, John. Political elites, democratic breakdown, and presidential instability in Latin America. *Seminario de Investigación*, Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, Mayo 2013.

VALENZUELA, Arturo. Latin American presidencies Interrupted. *Journal of Democracy*, Vol. 15, No. 4, p. 5-19, 2004.

WEYLAND, Kurt. The growing sustainability of Brazil's low-quality democracy. In: HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. *The Third Wave of Democratization in Latin America. Advances and Setbacks*. Cambridge University Press, p. 90-120, 2005.

Anexo I

Visão do Desequilíbrio: Manifesto *Impeachment, legalidade e democracia*, dezembro 2015

Professores universitários divulgaram o manifesto *Impeachment, legalidade e democracia* em dezembro de 2015 contra o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Em 10 de dezembro de 2015 esse manifesto tinha 815 assinaturas (<http://www.cartamaior.com.br>). Esse manifesto é analiticamente frágil, politicamente retrógrado e institucionalmente antirrepublicano.

O manifesto é analiticamente frágil porque rejeita o processo de impedimento com base no argumento de que ele foi encaminhado por um figurante controverso (presidente da Câmara). Trata-se de uma falácia tosca, ou seja, um argumento logicamente inconsistente, obviamente inválido. Esse argumento teria implicado, por exemplo, a rejeição do processo do Mensalão em 2005 porque o principal denunciante dos crimes foi outro figurante controverso (ex-deputado federal cassado em 2005, julgado, condenado e preso). Os professores omitem o fato de que o processo de impedimento apresentado à Câmara foi preparado por juristas sérios e competentes que transitam em diferentes campos políticos e ideológicos. E, ademais, os professores omitem o fato de que o impedimento, além de causas consistentes, pode ter impacto positivo, inclusive, econômico.

É um erro argumentar que o impedimento é retrocesso político e institucional, que deve ser usado somente em circunstâncias extremas. É contraditório questionar a legalidade do processo de impedimento visto que ele é uma ferramenta constitucional. Se o Brasil tivesse um sistema parlamentarista, sendo Dilma Rousseff chefe de governo, os professores estariam questionando a legalidade do voto de não confiança ou da eleição antecipada. Na realidade, a verdade é exatamente o oposto do que expressa o manifesto: o impedimento é uma ferramenta constitucional, portanto, legítima e legal, para combater crimes e infrações do presidente, proteger a sociedade e promover o desenvolvimento institucional.

O manifesto é politicamente retrógrado visto que associa impedimento com fragilização democrática. Ou seja, os professores confundem ruptura de governo com ruptura de regime. A literatura moderna aponta que o impedimento abre uma “janela de

oportunidades” para fortalecer a democracia, fragilizar o sistema político patrimonialista, clientelista e corrupto, e gera um bônus macroeconômico. Desde meados dos anos 1980 a experiência latino-americana tem gerado uma perspectiva otimista: via ruptura de governo, evita-se a ruptura de regime.

O manifesto também se revela antirrepublicano visto que implica a precedência do interesse particular em relação ao interesse público. No Brasil, além da democracia de baixa qualidade, há uma República de baixa estatura. Na República liliputiana brasileira não há governo justo que se guia pelo bem comum e pela igualdade de direitos e deveres. Nada mais antirrepublicano do que o sistema clientelista e corrupto que faz com que o interesse particular preceda o interesse público. Esse sistema assenta-se nas hierarquias e nos privilégios que corrompem o princípio da igualdade civil de todos, sem distinção de posição social, poder político ou riqueza. Na situação de *Magna Latrocinia* consolida-se a Anti-República: o roubo no atacado é endêmico e não há respeito à lei em conformidade com o bem comum. É a dominação das oligarquias e grupos políticos em conluio com alguns setores e grupos econômicos.

O interesse público é atendido com as investigações e os julgamentos de atos da Presidente que são crimes de responsabilidade definidos na Constituição Federal. O impedimento é uma ferramenta constitucional de aperfeiçoamento institucional no sentido de uma sociedade efetivamente democrática e republicana. O processo de impedimento é contrário a determinados interesses particulares, porém é do interesse público. E, também, é condição necessária para o Brasil sair de uma das mais graves crises sistêmicas de sua história.